



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAMILA BARROS DE AZEVEDO

**CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO - RELATO DE
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)**

CAMPINA GRANDE-PB

2023

CAMILA BARROS DE AZEVEDO

**CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO- RELATO DE
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
FUNDAMENTAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientador: Prof. Ma Thereza Karla de Souza Melo

CAMPINA GRANDE-PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A994c Azevedo, Camila Barros de.
Contribuições do Serviço social na educação - relato de experiência de estágio obrigatório na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo no município de Campina Grande (PB) [manuscrito] / Camila Barros de Azevedo. - 2023. 30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo, Departamento de Serviço Social - CCSA. "

1. Política educacional. 2. Relato de experiência. 3. Serviço Social. 4. Atuação profissional. I. Título

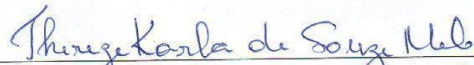
21. ed. CDD 361.61

CAMILA BARROS DE AZEVEDO

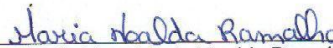
CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO - RELATO DE EXPERIÊNCIA
DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso de
Serviço Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharela em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

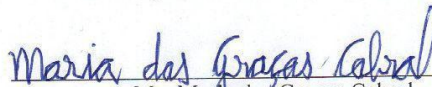


Profa. Ma Thereza Karla de Souza (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba



Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho

Assistente social da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gustavo Adolfo Candido Alves



Ma. Maria das Graças Cabral

Assistente Social da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO.....	08
2.1 Aspectos introdutórios: o direito à educação.....	08
2.2 Contribuições do Serviço Social na Educação.....	11
3 CARACTERIZAÇÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO DA ESCOLA ANA AZEVEDO.....	16
3.1 Caracterização da Instituição.....	17
3.2 Inserção da Assistente Social na Instituição.....	18
4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA ESCOLA ANA AZEVEDO	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	25

CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO - RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANA AZEVEDO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE (PB)

Camila Barros de Azevedo¹

RESUMO

O presente trabalho diz respeito ao relato de experiência de estágio obrigatório, do curso de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no município de Campina Grande – PB, realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo, durante o período de setembro a dezembro de 2022. O objetivo geral foi o de apresentar a experiência do estágio curricular e a atuação profissional do assistente social na escola Ana Azevedo, ressaltando a importância da intervenção do assistente social para a contribuição da viabilização dos direitos de crianças e adolescentes. Com base nisso, este trabalho aborda as contribuições do Serviço Social na Educação, ressaltando as especificidades do cotidiano profissional no âmbito escolar e evidenciando os instrumentos profissionais que os assistentes sociais utilizam de acordo com as atribuições que concretizam a profissão. Dessa forma, esta pesquisa tem uma grande relevância acadêmica, visto que é no espaço escolar que existe um campo rico de possibilidades e desafios profissionais, no qual as expressões da questão social se concretizam. Este trabalho foi elaborado com base na pesquisa bibliográfica e documental, e nas observações registradas no diário de campo no decorrer do estágio. Desse modo, abordamos os limites da atuação do Serviço Social na educação, diante de um contexto marcado pela minimização do Estado com influência das políticas neoliberais que operam drasticamente na desigualdade social, com ênfase nas escolas públicas. Em consonância a isso, são explanadas as possibilidades do Serviço Social no âmbito da educação, relatando a atuação profissional da assistente social na escola Ana Azevedo, enfatizando seus instrumentos de trabalho e ressaltando seu papel ao contribuir para a concretização dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes da escola. Logo, por mais que a profissão apresente desafios, ela é de fundamental importância, e na escola, onde se apresentam os mais variados reflexos da questão social, a intervenção do assistente social é imprescindível.

Palavras-chave: Política Educacional. Relato de Experiência. Serviço Social. Atuação Profissional.

ABSTRACT

The present work concerns the report of experience of mandatory internship, of the course of Social Work, of the State University of Paraíba, in the municipality of Campina Grande – PB, held at the Municipal School of Elementary Education Ana Azevedo, during the period from

¹ Discente da Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Campus I.
Email: camila.azevedo@aluno.uepb.edu.br

September to December 2022. The general objective was to present the experience of the curricular internship and the professional performance of the social worker at the Ana Azevedo school, emphasizing the importance of the intervention of the social worker for the contribution of the viability of the rights of children and adolescents. Based on this, this work addresses the contributions of Social Work in Education, emphasizing the specificities of the daily professional life in the school environment and evidencing the professional instruments that social workers use according to the attributions that concretize the profession. Thus, this research has a great academic relevance, since it is in the school space that there is a rich field of possibilities and professional challenges, in which the expressions of the social question are realized. This work was elaborated based on the bibliographic and documentary research, and on the observations recorded in the field diary during the internship. Thus, we address the limits of the performance of Social Work in education, in a context marked by the minimization of the State with the influence of neoliberal policies that operate drastically in social inequality, with emphasis on public schools. In line with this, the possibilities of Social Work in the field of education are explained, reporting the professional performance of the social worker in the Ana Azevedo school, emphasizing her work instruments and emphasizing her role in contributing to the realization of the fundamental rights of the children and adolescents of the school. Therefore, as much as the profession presents challenges, it is of fundamental importance, and in school, where the most varied reflections of the social issue are presented, the intervention of the social worker is essential.

Keywords: Educational Policy. Experience Report. Social Work. Professional Performance.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de apresentar o relato de experiência vivenciada no estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), realizado no ano de 2022 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo, localizada na cidade de Campina Grande – PB. O tema “Contribuições do Serviço Social na Educação - relato da experiência de estágio obrigatório na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo no município de Campina Grande (PB)”, articula a atuação do profissional de Serviço Social à área da educação, refletindo sobre o desenvolvimento da política educacional no país e a contribuição do assistente social na área.

O processo educativo, de acordo com o pensamento de Gramsci, envolve diversos espaços: o próprio sujeito, a família, as organizações de cultura, a política, e dentre eles a escola. Esses processos envolvem os diferentes meios e instrumentos como: convivência social, o trabalho – entendido como atividade teórico-prática –, a práxis política, o estudo, a filosofia, o conhecimento científico, o conhecimento das línguas e das artes. No entanto, a escola, segundo essa mesma concepção, ocupa um lugar privilegiado, tendo em vista a tarefa de “inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (GRAMSCI, 1991, p.121).

A educação é vivenciada na esfera da sociedade civil e experimentada por diversos protagonistas sociais e, ao mesmo tempo, é um segmento de atuação estratégica de operação do

Estado capitalista. Nesse sentido, segundo Martins (2012), a política educacional, como política social, é um espaço de contradições de lutas de classes, uma luta entre diversas instâncias que se legitimam factualmente, conforme se estabelece a correlação de forças na diversidade dos projetos societários existentes. Diante disso, a luta pela educação se estabelece como uma das expressões da questão social, pois visa ao atendimento de uma necessidade social e é reconhecida como um direito social. No interior da escola Ana Azevedo, os sujeitos que dão base à intervenção profissional, os alunos, famílias e até mesmo funcionários, em seu cotidiano experimentam as dificuldades oriundas do sistema capitalista e refletem em sua vivência as frações da questão social que afetam diretamente o aprendizado da criança e adolescente.

A construção deste trabalho teve por base a pesquisa bibliográfica, por meio de referenciais teóricos relevantes a este tema, constituído por teses, livros, artigos científicos e legislações que colaboram neste referido estudo, assim como as observações do cotidiano escolar que possibilitaram a compreensão do contexto sócio-histórico dos alunos e da atuação da assistente social mediante as demandas estabelecidas, que, no decorrer do estágio, foram registradas em diário de campo.

O objetivo geral foi o de apresentar a experiência do estágio curricular e a atuação profissional do assistente social na escola Ana Azevedo, ressaltando a importância da intervenção do assistente social para a contribuição da viabilização dos direitos de crianças e adolescentes. E é com base nisso, que os objetivos específicos se referem a analisar as contribuições do Serviço Social na Educação; ressaltar as especificidades do cotidiano profissional no âmbito escolar em consonância com as observações da atuação profissional no período de estágio e evidenciar os instrumentos profissionais que os assistentes sociais utilizam de acordo com o ordenamento jurídico que fundamenta essa política social, o qual se objetiva na realidade vivenciada pelos protagonistas da escola Ana Azevedo.

A relevância deste trabalho se justifica pela importância do espaço escolar para a atuação do assistente social, sendo um campo rico de possibilidades e desafios profissionais, no qual as expressões da questão social se concretizam, condicionando o processo educacional de crianças e adolescentes e o processo de trabalho dos profissionais que atuam na área. Destaca-se também que a escola é o local privilegiado de materialização do direito à educação de crianças e adolescentes, o qual sofre um processo de limitação de recursos, de sucateamento de infraestrutura e pouca valorização dos profissionais, fruto da ofensiva neoliberal que atravessa as políticas sociais no Brasil. Diante disto, este tema tem uma grande relevância acadêmica, visto que os direitos sociais estão cada vez mais fragilizados diante da política neoliberal que vem assolando o país, minimizando a atuação do Estado nas expressões da questão social, o que reflete na educação e, conseqüentemente, propiciando a exclusão das classes subalternas de seus direitos.

Este trabalho delimita-se em seis seções e quatro subseções, a primeira refere-se à introdução que de modo geral aborda a apresentação da temática trabalhada, com os objetivos gerais, específicos, metodologia, justificativa e as possíveis contribuições. Na segunda seção, dividida em duas subseções, detalhamos o Serviço Social e sua inserção na Educação, através da pesquisa bibliográfica do referido tema, na terceira seção, explanamos a caracterização do campo de estágio obrigatório, a escola Ana Azevedo, que se divide em duas subseções: Caracterização da Instituição e Inserção da Assistente Social na Instituição. Na quarta seção abordamos o relato de experiência de estágio na escola, sistematizando os registros do diário de campo, analisando as ações da assistente social e relatando sobre o projeto de intervenção realizado na escola. Na quinta seção encontra-se as considerações finais e em seguida as referências.

2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO

2.1 Aspectos introdutórios: o direito à educação

Iniciaremos este item abordando de forma introdutória o direito à educação. Nesse sentido, cabe destacar que, se na contemporaneidade a educação assume a configuração de direito garantido formalmente a todos os cidadãos brasileiros, há uma trajetória histórica, marcada por diferentes interesses e perspectivas, que construiu essa garantia.

Na época imperial, de 1822 a 1889, o estado assumiu as responsabilidades da educação, entretanto, ela ainda não era notada como uma forma substancial para a propagação de conhecimentos que fundamentam a formação cidadã e para a constituição da nacionalidade.

Nesta época, os filhos das classes subalternas, principalmente, os negros, não tinham nem a possibilidade de serem inseridos no âmbito educacional, essa possibilidade era descartada, mas eles tinham que cumprir os seus deveres: ser cidadãos produtivos, com utilidade nas lavouras, ao contrário dos filhos da elite, que tinham professores particulares. Com isso, neste período, segundo Gouvêa (2007), a educação pretendia transmitir valores morais, de conhecimentos básicos e de língua aritmética, que se baseavam em ler, escrever e contar. Os filhos da elite eram instruídos para garantir a moralização e a doutrinação das classes subalternas, que eram consideradas os motivos da agitação social e inaptas a tornarem-se pessoas civilizadas.

Sobre esse período, Barroso Filho (2000) elucida que desde o fim do tempo colonial apontaram algumas manifestações de indignação perante o analfabetismo que predominava entre as camadas mais pobres, os trabalhadores manuais e os desvalidos. Contudo, essa indignação não era uma unanimidade no país e o acesso igualitário à educação não era pautado pelos grupos dominantes durante muito tempo. Mesmo mais recentemente, no final do século XIX e início do século XX, a educação dos pobres era apontada como uma preocupação para a elite, que considerava que essa escolarização colocava em risco a “ordem natural” da sociedade.

Posteriormente, com o fim do Império e início da República, entre 1889 a 1930 foi estabelecida a abolição da escravatura e a implantação do capitalismo industrial, que ocasionou uma transformação substancial no mundo do trabalho, pois o trabalho escravo passou a ser assalariado no campo, e isso transfigurou a economia no Brasil. A partir destas transformações, ocorreu um incremento na industrialização brasileira, e esse crescimento industrial, propiciou a necessidade de profissionalizar as classes subalternas.

Foucault (1999) ressalta que o período de revolução industrial é marcado por um novo acordo social em que a educação é designada como organização obrigatória para garantia da ordem e do progresso, dessa forma, o Estado se apresenta, a partir deste momento, o retificador social que fiscalizava as condutas. Com isso, a disciplinarização dos saberes era naturalizada e as classes pobres acreditavam que esse era um meio de mudar de vida.

Nesse contexto, a escola manifesta-se como uma treinadora social que é capaz de intervir na aprendizagem dos padrões sociais e culturais exigidos no mundo social cada vez mais enigmático deste período, sendo assim, o papel da educação era de doutrinar e controlar, visto que o cenário que estava posto, era marcado por uma nova transfiguração estatal e societária. A educação passa a ser necessária dentro das condições cabíveis, a organização escolar intermediou as disciplinas para determinado número de alunos, ministradas por professores e as salas de aulas passaram a ser “solução” eficaz na sociedade.

Segundo Romanelli (1978), no ano de 1930, na “Era Vargas”, inseriu-se um Governo Provisório, com a Presidência de Getúlio Vargas, o governo que cria o decreto nº 19.402, de

14/11/30, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Esse Ministério tinha como obrigação a aquisição e encaminhamento dos assuntos que se referissem ao sistema de ensino, à saúde e à assistência hospitalar.

Neste Ministério, que foi constituído com poderes vastos e com controle sobre o setor educacional, foi realizada uma das primeiras ações no âmbito educacional, que ficou conhecida como “Reforma Francisco Campos”, a qual concretizou a organização de múltiplos decretos. Essa reforma educacional foi de fundamental importância, pois de forma primária colocou-se em prática, no sistema educacional brasileiro, uma configuração orgânica ao ensino secundário, comercial e superior.

Logo após este período, Saviani (2005) salienta que durante os anos de 1931 a 1961, foi regularizada em todo o país as escolas superiores, secundárias e primárias, as quais foram englobadas em um plano pedagógico renovador. Logo após, entre os períodos de 1961 e 1996, sucedeu a conjunção da regulamentação da educação nacional que constitui as redes públicas e privadas, que foram sendo mudadas conforme a concepção produtivista de escola.

Durante este período foi instituída a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394 (BRASIL, 2009), as quais ratificam o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito e certificam o direito de ensino aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso, assim como a gradativa difusão do Ensino Médio gratuito.

A educação é concebida como um direito social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que dispõe a educação no conjunto das políticas sociais, fruto de muitas lutas da classe trabalhadora, passando a educação a ser de responsabilidade do estado, como dispõe no Art. 205 : “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2009, p. 16).

Entretanto, Flach (2012) afirma que foi no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) consolidado com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), que ocorreu uma resistente invasão do neoliberalismo² que impactou duramente a educação, em prol dos interesses capitalistas. Em consequência, muitas escolas implantaram um modelo de mercado, no qual a produtividade e eficiência eram os eixos principais da organização escolar. Após a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, esse modelo mercadológico foi perdendo forças.

Com isso, pode-se afirmar que o acesso à escola pública e o desenvolvimento do seu destaque social é um acontecimento moderno em nosso país. Vale ressaltar Cunha (1995), ao se referir que o processo de industrialização brasileira ocorre inobstante da escolarização, ou seja, sem que a classe de trabalhadores tivesse acesso à escola para serem inseridos no mundo fabril.

Nota-se, assim, uma direção explícita nas perspectivas encontradas na Constituição Federal de 1988 sobre a educação e na LDB de 1996, as quais indicam a responsabilidade do poder público em promovê-la, ao mesmo tempo em que reforçam que o processo educacional deve favorecer o desenvolvimento humano, articulando-se à preparação para o trabalho. A LDB dispõe no Art. 2: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do

² Segundo a concepção marxista, o neoliberalismo é uma estratégia política que objetiva a hegemonia da classe dominante e a sua expansão. Uma corrente fundada no novo estágio do capitalismo da década de 70.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado – v. 34, n. 1. Jan/Abr 2019, p. 211-239

educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2009, p.41).

Diante desse pressuposto, a educação expõe-se como instrumento utilizado no âmbito da emancipação humana, mas também como uma forma de reprodução do sistema que adentra as desigualdades sociais e favorece a classe dominante, como elucida Freire (1986), ao se referir que a educação tem uma concepção bancária e adequar-se-á como utensílio de opressão e não de emancipação, contribuindo com a contradição presente na sociedade de classes. Em conformidade a isso, Freire traz referência a essa educação bancária como um ato de depositar, entendida como que os alunos são os depositários e o professor aquele que deposita seus conhecimentos, visando a memorização, repetição, ausência de criticidade e transformação, o autor compreende que:

Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 1986, p.33).

A trajetória histórica da educação no país e, de modo especial, o lugar ocupado pelas classes subalternas nas escolas é consequência do processo de expansão da ação do Estado nas políticas sociais atrelado aos processos da urbanização e industrialização, os quais estimulam a escolarização e ações de assistência social, como explicita Lessa (2013), favorecendo a inserção da recém institucionalizada profissão de assistente social na área educacional.

Dessa forma, Lessa (2013, p. 115) dispõe:

A ampliação deste espaço de trabalho é nova, mas não a inserção da profissão no campo da educação. Já na década de 1950, com o crescimento da intervenção estatal sobre a questão social e do aparato público brasileiro, o espaço educacional ganhava destaque no cotidiano de ação do assistente social, em especial no Sistema “S” e nas creches, denominadas "parques infantis" (então vinculadas à LBA), assim como em Centros de Educação Popular. Nas décadas de 1980 e 1990, a atuação de profissionais de Serviço Social no campo educacional vai se tornando mais expressiva, conforme citado por Almeida (2003), em especial em ações no contraturno escolar, nos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs do Rio de Janeiro, bem como em iniciativas como as do então Bolsa Escola — programa de transferência de renda que antecedeu ao Bolsa Família. O que vemos como novidade, na atual conjuntura, é a intensificação da presença da profissão no interior da escola, aliada à multiplicidade de expressões da questão social neste ambiente. A esta reflexão acrescentamos que as mudanças no perfil da família contemporânea e a complexificação das demandas para os processos formativos, hoje, são desafios novos neste campo.

Perante a instabilidade de outras políticas (reconhecidamente, em muitos lugares, só a escola é a concretização do poder público), a instituição escolar assumiu um papel quase messiânico, dando soluções a diferentes necessidades, deixando-a secundária nestas funções como ciência, história, linguagem, matemática e conhecimento do domínio cultural. Sua importância é revelada ao apontar que as escolas se tornaram lugares onde a improvisação e as respostas de emergência diminuem a possibilidade de aprendizagem efetiva. O seu papel de reflexão e socialização do conhecimento gerado, e o seu apoio à realidade da leitura, é marginalizado e minimizado, dada a necessidade de acolher crianças e jovens e prepará-los para os compromissos sociais atuais.

Além da formação, as escolas passaram a disseminar os valores e atitudes para essa nova ordem. No mesmo contexto, é importante ter em conta as orientações do Banco Mundial sobre a pobreza nas chamadas economias periféricas (Banco Mundial, 2001). Elas falam sobre oportunidades de educação rápida e especializada em países periféricos, com ênfase em mercados e conexões informais. Essas organizações também incentivam abordagens de redução da pobreza com base na melhoria dos índices de educação.

Nesse contexto, a política educacional será uma aliada fundamental em projetos que aumentem a produtividade dos pobres e incorporem a lógica do capital. De acordo com Neves (2005), tal comportamento teria fortes conotações morais, revelando uma nova pedagogia estabelecida para preservar a ordem hegemônica do capital, informada pela ética baseada nos mercados, no consumo, na competitividade, na individualidade e na produtividade aprendida. As escolas públicas terão um papel importante nesse processo, tornando-se um importante local para atingir os pobres e uma das principais instituições a lidar com esse problema.

Para a classe subalterna, a política de educação será organizada de forma que o aprendizado seja mais acessível, menos exigente, palatável e produtivista, independentemente da qualidade e racionalização da formação. Nesse sentido, devemos refletir sobre nosso trabalho, a política e sua inserção na sociedade contemporânea, bem como grupos de usuários, suas condições de vida e participação política, reconhecendo a possibilidade de resistir a esse processo de fragilização da educação. Devemos, portanto, paradoxalmente, reconhecer que a educação é tensão e contradição, possibilidade de restaurar a ordem e enfrentá-la.

No âmbito da educação, batalham as camadas sociais de base, onde as lutas se expressam nos vários contornos e processos empreendidos pela política educacional ao longo da história. Assim, entender a trajetória da política educacional requer não apenas resgatar uma história marcada por mudanças legais e institucionais internas, mas também estudar a dinâmica da sociedade metropolitana e sua relação com as crises, estabelecendo consenso e replicando a força de trabalho nas realidades brasileiras. Inegavelmente, os horizontes postos para a educação brasileira têm sido desenhados, em alguma medida, a partir do papel desempenhado pelos organismos multilaterais na formulação de diagnósticos da realidade social e educacional e das diretrizes para as políticas públicas dos países periféricos, o que repercute na dinâmica escolar, inclusive junto aos profissionais que atuam na área, como as assistentes sociais, conforme veremos a seguir.

2.2 Contribuições do Serviço Social na educação

A presença do assistente social no campo da educação, segundo Almeida (2011), remonta à década de 1930 e, assim, inicia-se com as origens dos processos sócio-históricos que constituem a profissão. No entanto, a partir da década de 1990, o trabalho do assistente social na educação no Brasil aumentou significativamente com o amadurecimento dos programas de ética profissional e política. Uma das referências desse processo histórico é o crescente número de trabalhos inscritos no Congresso dos Assistentes Sociais no Brasil desde 1995, que abordam a temática.

De acordo com Almeida (2011, p. 26):

As condições de ampliação do espaço ocupacional dos assistentes sociais estão diretamente relacionadas às tendências contemporâneas que marcam a relação entre o público e o privado na educação, revelando a dinâmica contraditória deste processo de expansão, assim como das possibilidades de alargamento das interfaces desta área com

as demais políticas públicas. Este processo, além de situar expressões bem concretas em termos do reconhecimento e da visibilidade que a profissão passa a ter na área de educação, merece atenção especial por encobrir sob os atrativos consensos produzidos em torno da “inclusão social” e da “valorização da educação e da cidadania”, as desigualdades sociais que marcam as condições de acesso à educação no Brasil e que a descaracterizam como uma política efetivamente pública.

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações.

O Serviço Social se engendra em uma profissão posta na divisão sociotécnica do trabalho com expertise no trabalho coletivo, na proporção que o assistente social se converte num trabalhador assalariado. E como consequência disso, ele vende a sua força de trabalho, desta forma, as mudanças ocorridas no âmbito do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva e influenciadas pelo mercado financeiro, da lucratividade e do esvaziamento do estado nas políticas públicas, a profissão sofre com rebatimentos no desenvolvimento do exercício da profissão, levando em consideração que os assistentes sociais se incluem predominantemente no setor público e no funcionamento das políticas sociais.

O cenário de desestruturação dos espaços ocupacionais é derivado de intensas mudanças sócio-históricas, com transformações retrógradas entre Estado e sociedade, em um cenário de estagnação na economia internacional, compelida ao esquema financeiro do capital. Sendo assim, a profissão está atrelada na associação do Estado ao ideário neoliberal e no seu engajamento com os organismos internacionais, que altera todo o processo de trabalho do/a assistente social no ambiente escolar ou nos demais espaços sócio-ocupacionais.

Apesar do contexto muitas vezes desfavorável, é importante enfatizar que Serviço Social e Educação compõem-se em duas áreas complementares, como enfatiza Souza (2005): “[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade” (SOUZA, 2005, p.39).

É importante ressaltar que na conjuntura das escolas no Brasil, são inúmeros os desafios para o exercício profissional do assistente social nos regimes de trabalho na educação básica, em especial nas escolas públicas municipais, posto que o assistente social na Política Pública de Educação se sobrecarrega demasiadamente, na busca de acolher o aluno em sua totalidade, ou seja, atendendo a família e suas complexas demandas, fazendo encaminhamentos nas áreas de saúde, habitação, assistência social, dentre outras.

Cabe ressaltar, conforme Abreu (2004, p. 46), que a intervenção do assistente social é perpassada por uma dimensão pedagógica, a qual é tensionada pelos projetos societários em disputa. Para a autora:

Entende-se que a função pedagógica da prática do assistente social, na sociedade capitalista, vinculada aos processos político-culturais na luta pela hegemonia, objetiva-se a partir de estratégias educativas, aqui identificadas como propostas subalternizantes envolvendo a pedagogia da “ajuda” e da “participação” e propostas de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas.

Nesse contexto, ao analisar a concepção de participação, Abreu (2004, p. 55) compreende que a participação é um componente programado na luta pela hegemonia, como também simboliza:

o eixo central da constituição de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas, que se traduz, principalmente, em dois processos complementares: a politização das relações sociais e a intervenção crítica e consciente da sociedade, processos que constituem a referência material das relações pedagógicas na perspectiva da formação de uma nova superior cultura.

Destaca-se, assim, a relevância da dimensão pedagógica do Serviço Social, com ênfase nos preceitos e direção social que conduzem a profissão, pois a atuação profissional do assistente social pode cooperar para a democratização da educação para as classes subalternas. Conforme Almeida (2000, p. 8) ressalta:

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde com o dos educadores. Em que pese a dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais. Sua inscrição na organização do trabalho coletivo das instituições educacionais não tem sobreposto a de nenhum outro profissional, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com outras políticas sociais setoriais tem, historicamente, levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas desempenhadas pelos professores e profissionais da educação de um modo em geral.

Logo, podemos elucidar o contributo que o Serviço Social simboliza na contemporaneidade para a educação pública, especialmente quando se dispõe a possibilitar a construção de caminhos educativos definidos em estratégias democratizantes no âmbito institucional.

Compreendemos que no exercício profissional do assistente social, o profissional realiza ações educativas com a classe trabalhadora, e no âmbito escolar, ele tem um papel não muito dessemelhante, pois a sua atuação reflete-se sobre a forma de viver e pensar da comunidade escolar, e a partir das demandas que ocorrem no cotidiano escolar, o assistente social por ter um aporte político-educativo, que se empenha em direção da efetivação dos direitos sociais, como o acesso, a permanência e o triunfo escolar do aluno, como resultado, colaborando com a mudança social e emancipação dos sujeitos envolvidos.

Assim, o processo de trabalho do assistente social na educação é perpassado pela perspectiva educativa, ainda que ele não se constitua enquanto um docente na escola. Conforme Iamamoto (2004),

Qualquer processo de trabalho implica em matéria-prima ou objeto sobre qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que se possa ser efetivado. Em outros termos, todo o processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre qual incide a ação; os meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto (IAMAMOTO, 2004, p.61).

Nesse contexto, no que se refere à atuação do assistente social na educação, é importante destacar que, de forma intrínseca, o Serviço Social nas escolas contribui na criação e

fortalecimento de progressos na gestão escolar, que estimulam os processos de democratização da educação. De acordo com o que explicita Santos (2019), o assistente social ao trabalhar em defesa da socialização das informações, em direção aos direitos sociais, onde sua ação é definida por um caráter de promoção ao exercício da cidadania, simboliza a sua colaboração para o efetivo exercício da autonomia e emancipação das crianças e adolescentes, seus familiares e toda a comunidade escolar.

O Serviço Social é uma profissão requisitada socialmente a partir do desenvolvimento da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo em sua fase monopolista. À medida que a profissão adentra e se institucionaliza na sociedade, a cultura profissional passa por um processo de construção e reconstrução contínuo, incorporando para si não apenas as requisições impostas pelo mercado de trabalho, mas também definindo novas legitimidades e significados para a prática profissional. No âmbito escolar, o trabalho do assistente social não se restringe ao espaço físico institucional, conforme refletem nisso Schneider e Hernandorena (2012):

O assistente social trabalha tanto no atendimento de questões subjetivas (estudante) e de sua família, como da rede social em que está inserido, da qual a comunidade escolar faz parte, mas que muitas vezes necessita de um mediador para a promoção de sua integração e funcionalidade. Atuando no atendimento às famílias, realizando reuniões com os pais e responsáveis, à medida que se aproxima da realidade social dos estudantes e sua família, desenvolve um trabalho multiprofissional com os demais profissionais da escola. Atende e orienta diante das dificuldades de acesso, de material didático, de alimentação, evasão escolar, articulação com a rede de serviços socioassistenciais; das questões familiares podemos citar: as incertezas econômicas, as fragilizações familiares, crise de valores, dificuldades socioeconômicas; das relações com a Comunidade podemos citar: questões estruturais do bairro, de acesso aos serviços da rede pública, no fomento à participação nos diversos espaços e movimentos sociais. (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 73).

Em consonância a isso, podemos ressaltar que a atuação do assistente social tem ênfase nas políticas sociais³, que são as extensões principais da intervenção do assistente social, e no seu cotidiano profissional, sua intervenção se faz, a partir das repercussões postas na sociedade que são resultantes do modelo de acumulação capitalista e degradação das relações sociais, que se consubstancia em diferentes aspectos, como a alienação, violência, abandono, pobreza, adoecimento físico e mental, dependência química, prostituição, entre tantas outras.

A conjuntura atual da sociedade tem sido um processo desafiador na rotina do assistente social, pois além do sub financiamento das políticas públicas que estão altamente precarizadas, fragilizando o trabalho do serviço social, os vínculos trabalhistas extremamente precarizados e mal remunerados, e o público-alvo, são usuários que sentem drasticamente os efeitos das desigualdades sociais

Dessa forma, Lessa (2013) dispõe que o assistente social tem uma função de extrema magnitude na edificação de ponderações mais totalizantes em volta das expressões da questão

³ Essas novas conquistas como políticas sociais e padrões de proteção social surgiram como forma de respostas e enfrentamento, em geral, de forma fragmentada às diversas expressões da questão social no capitalismo, advindas das relações de exploração do capital sobre o trabalho. Aqui o papel do Estado se colocou de modo a responder à classe burguesa e reprimiu duramente a luta de classes, porém se viu também obrigada a responder mesmo que minimamente às determinações (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

social na educação, e com isso, a intervenção profissional na educação problematiza a concepção dos atores da comunidade escolar que atuam na instituição, as condições de aprendizado dos alunos, as condições de vida dos alunos e suas famílias e as condições de acesso e permanência dos estudantes. Os condicionantes da pobreza se materializam de forma explícita no cotidiano das escolas públicas, pois é onde os mais fragilizados financeiramente recorrem.

Para os setores dominantes, a escola se constitui em um importante instrumento de adequação e conformação dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Diante disso, Lessa (2013) afirma:

Quanto mais necessidade de conformar a força de trabalho para a lógica produtiva vigente, maior destaque receberá a educação. A escola, portanto, como uma instituição classista, de grande visibilidade social, palco dos conflitos de classe e espaço em que a chamada questão social, em suas múltiplas faces, se manifesta, não atuará no combate à desigualdade, mas sim na atenção à pobreza e conformação dos pobres (LESSA, 2013, p.118)

É preciso reconhecer que as demandas sociais que estão cada vez mais complexas necessitam que os assistentes sociais tenham respostas mais definidas. O Serviço Social deve ter a capacidade de compreender as expressões da questão social na vivência dos indivíduos, e ao se colocar no ambiente escolar deve observar as "demandas" postas nas relações professor/escola, estudante/comunidade. Com sua capacidade de estabelecer relações entre as demandas postas pelos sujeitos e os determinantes sociais, políticos e econômicos, o profissional de Serviço Social pode colaborar para o exercício do docente em sala de aula, já que é no interior da sala de aula que rebatem muitas problemáticas desafiadoras vivenciadas pela população mais empobrecida, as quais o professor muitas vezes não sabe lidar.

Com base nisso, a educação contemporânea considera que os problemas sociais interferem diretamente nos progressos educativos dos alunos. Por isso, tanto o currículo educacional quanto a metodologia abordada em sala de aula incorporam temas transversais como cidadania e construção de projetos de vida dos alunos. Esses tópicos adicionais ajudam os alunos a criarem uma vida mais gratificante e bem-sucedida.

Diante desses aspectos, Schneider e Hernandorena (2012) explicitam:

Diante das demandas que são produzidas e reproduzidas socialmente, o trabalho do Serviço Social se torna estratégico no ambiente escolar. O assistente social no espaço escolar tem entre suas atribuições a de atuar em parceria com a coordenação e orientação pedagógica frente aos anseios e limites da ação dos educadores, para que estes se ocupem com a sua função primordial que é educar. O assistente social deve mediar essas relações complexas desmistificando suas causas, produzindo conhecimento técnico, construindo um novo saber e um novo fazer, frente a essas questões. Por meio de um apoio psicossocial ao educador e demais profissionais da escola, o assistente social promove uma interação dinâmica capaz de gerar uma maior e melhor compreensão das necessidades e singularidades dos estudantes, famílias e contextos sociais mais amplos. Não é uma tarefa fácil, mas ao intervir neste cenário o profissional tem um papel fundamental no processo de integração estudante/escola/comunidade/redes socioassistenciais (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 73).

Logo, a trajetória da política educacional é marcada por avanços e retrocessos, apesar da consolidação da LDB ter sido um marco legal para as funcionalidades no âmbito educacional na garantia da emancipação humana e no exercício da cidadania, surgiu a necessidade de fortalecer

e efetivar a inserção dos assistentes sociais na educação, e para isso, ocorreu uma luta da categoria profissional para esta finalidade, com isso, essa discussão no conselho profissional permeia pouco mais que duas décadas. Neste contexto, surge o projeto de Lei n. 3.688/2000 que ofertou inovações importantes sobre a atuação do assistente social na educação, como também dos psicólogos, se tornando em 2019, Lei Ordinária nº 13.935, de 11/12/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Art. 21º O Poder Público deverá assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem.

§ 1º O atendimento previsto no caput deste artigo será prestado por psicólogos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

§ 2º Os sistemas de ensino, em articulação com os sistemas públicos de saúde e de assistência social, deverão prever a atuação de psicólogos e assistentes sociais nos estabelecimentos públicos de educação básica ou o atendimento preferencial nos serviços de saúde e assistência social a alunos das escolas públicas de educação básica, fixando, em qualquer caso, número de vezes por semana e horários mínimos para esse atendimento (BRASIL, 2000, s/p).

A construção de uma educação justa e concretamente efetivada não consiste como um trabalho fácil, tendo em vista os desafios enfrentados pelas classes subalternas em um país com viés autoritário da elite dominante. Apesar dos avanços legais nos últimos anos na política educacional, que contribuem para a viabilização dos direitos, existe ainda um longo percurso para a sua devida materialização, inclusive da Lei Ordinária nº 13.935, uma vez que nem todas as prefeituras municipais a cumprem, o que nos mostra a fragilização dos direitos que são garantidos por Lei e os desafios postos na consolidação de uma escola inclusiva, justa, cidadã e emancipatória.

A seguir apresentaremos a instituição escolar que se constituiu como campo de estágio obrigatório em Serviço Social e que motivou as reflexões aqui contidas.

3 CARACTERIZAÇÃO DE CAMPO DE ESTÁGIO DA ESCOLA ANA AZEVEDO

A experiência de estágio obrigatório em Serviço Social foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Azevedo, que fica localizada na avenida das Nações, na cidade de Campina Grande-PB, e que atualmente conta com 142 alunos matriculados. O bairro é conhecido por ser nobre, e, segundo dados do Censo (2021)⁴, contém, calçamento, coleta de lixo, transporte coletivo, saneamento básico, água filtrada, alimentação escolar para todos os alunos, iluminação pública, com comércios, instituições educacionais, religiosas, comunitárias e de saúde. Esse bairro conta com uma importante atividade econômica devido a presença da Ceasa, que fornece produtos alimentícios para comerciantes do município e de todo o brejo paraibano, sendo uma empresa geradora de renda na localidade e de empregos para moradores da comunidade.

⁴ Disponível em: <https://www.escol.as/85272-ana-azevedo>. Acesso em: 12 mar. 2023

Entretanto, a maioria das crianças presentes naquela localidade e estudantes da escola em questão, se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal, social e econômica. Residem em áreas e sítios distantes da escola e em uma comunidade invadida, que apesar de estarem situadas em ruas pavimentadas, se encontram em um contexto comunitário desafiador, sem a presença de todos os componentes do saneamento básico, e com índices relativamente altos de violência e exploração do trabalho infantojuvenil.

3.1 Caracterização da Instituição

A Escola Ana Azevedo foi inaugurada em 1949, pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, na gestão de Ilmo. Dr. Elpídio de Almeida. A escola recebeu o nome de Ana Azevedo, em homenagem à família Azevedo, pois a sra. Ana Azevedo, segundo Silva (2015), ao perceber as carências da comunidade local, realizou uma doação de um terreno para a construção de uma escola. Os primeiros fundadores e educadores foram: Maria José Siqueira Pequeno, Creuza Brandão, Esdra Guimarães e Otávio Muniz.

Na escola funciona a Educação infantil, com o pré-escola I e pré-escola II, para as crianças na faixa etária de quatro e cinco anos de idade e o Ensino Fundamental I, do primeiro ao quinto ano, para as crianças na faixa etária de seis a dez anos de idade, organizadas no turno da manhã e da tarde.

Na sua estrutura, a escola possui cinco salas em funcionamento, sendo quatro para as aulas e uma sala de reforço; um laboratório de informática; duas salas compartilhadas para área administrativa, destinadas uma para a gestora e uma para a secretária, com banheiro interno; sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE); sala de leitura; e a sala dos técnicos, na qual são viabilizados os atendimentos com a assistente social, a psicóloga e a supervisora escolar. Há banheiros para meninas e meninos e banheiros na sala de aula adequado para a educação infantil, totalizando em cinco banheiros. A escola possui um pátio interno coberto, onde as crianças menores ficam no horário do recreio, também tem uma quadra onde as crianças maiores costumam brincar, entretanto, muitas vezes as crianças ficam impossibilitadas de brincar devido a demora da secretária de educação de enviar os trabalhadores para capinar, também tem a cantina que fica próxima ao pátio coberto.

Atualmente a escola conta com quinze professores, cinco auxiliares de serviços gerais, duas merendeiras, uma gestora, um supervisor educacional, um educador social, um apoio pedagógico, duas secretárias, uma nutricionista, uma psicóloga, três vigilantes e uma assistente social.

A escola Ana Azevedo vem tendo um papel fundamental na vida dos alunos daquela localidade, com uma estrutura física e educativa de referência e profissionais de qualidade indubitável. Profissionais preparados e comprometidos com o seu trabalho são sujeitos importantes em qualquer área de atuação. No caso do ambiente escolar, os assistentes sociais, apesar dos muitos desafios enfrentados, têm conseguido identificar concretamente as contribuições possíveis nesse espaço de atuação, conforme reflexão de Brito et al (2020 apud FÉRRIZ, MARTINS E ALMEIDA 2020, p.115):

Apesar da precarização em âmbito escolar, percebemos os resultados da nossa atuação profissional, a exemplo da efetivação de alguns direitos da criança e do adolescente e seus respectivos responsáveis, diminuição e prevenção da violência escolar, atenuação da evasão escolar, acompanhamento dos responsáveis junto à escola no processo de

aprendizagem dos seus filhos, participação do corpo docente e discente nas reuniões, eventos, encontros e palestras.

Nesse sentido, ainda que se reconheçam os inúmeros desafios enfrentados pela escola pública no Brasil, não se pode deixar de reconhecer também a contribuição dos profissionais que atuam na área, que acompanham o cotidiano escolar e têm tido uma importante participação junto a diversos temas que perpassam a realidade de crianças, adolescentes e suas famílias, como é o caso do profissional de Serviço Social, conforme veremos a seguir.

3.2 Inserção da Assistente Social na Instituição

Segundo Brito et al (2020 apud FÉRRIZ, MARTINS E ALMEIDA 2020), a assistente social da escola Ana Azevedo deu início a sua carreira na escola no ano de 2013. A profissional tem a função de: planejar, executar, avaliar as atividades realizadas na escola e socializar as atribuições privativas e competências do assistente social. A escola conta com a presença de estagiários do Serviço Social oriundos de instituições de ensino privadas e públicas. Os estagiários, ao observarem as demandas da escola, elaboram projetos de intervenção, de pesquisa, desenvolvem temas específicos, sob a orientação acadêmica e da assistente social, o que contribui para a formação e o desenvolvimento crítico do corpo docente e discente.

As atividades que a assistente social realiza na escola estão de acordo com as suas atribuições, conforme elencadas por Brito et al (2020 apud FÉRRIZ, MARTINS E ALMEIDA 2020, p. 113):

Elaboração do plano de ação; encaminhamento de providências; orientações sociais à comunidade escolar, contribuindo para a defesa, ampliação e acesso aos direitos sociais; atendimento individual aos educandos e respectivos responsáveis visando melhorar a frequência, o desempenho e o rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; articulação com instituições públicas e assistenciais para o encaminhamento de pais e alunos para o atendimento de suas necessidades; participação e elaboração junto à equipe escolar do planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas; realização de reuniões, oficinas temáticas com famílias e alunos para debater temas específicos; participação em atividades referentes às datas comemorativas; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno; participação em encontros que contribuam para a permanente atualização profissional; realização de levantamento para detectar alunos infrequentes e com baixo rendimento escolar.

Para materializar suas atribuições, a assistente social utiliza instrumentos que auxiliam na execução de seu trabalho, como fichas de acompanhamento com objetivo de acompanhar os alunos infrequentes e registrar os atendimentos realizados com eles e suas famílias, realiza o acompanhamento dos alunos, faz a escuta com pais e alunos, as visitas sociais e os respectivos encaminhamentos às outras instituições ou programas nos casos de violência, negligência, abuso sexual, problemas de saúde, infrequência escolar ou vulnerabilidade social extrema.

Diante disso, ao observarmos a rotina de um dia de trabalho da assistente social na escola Ana Azevedo, e em consonância com a reflexão de Brito et al (2020 apud FÉRRIZ, MARTINS E ALMEIDA 2020), podemos ressaltar que a atuação da assistente social nesta escola é repleta de demandas, com atendimentos aos alunos, responsáveis e professores, realização de encaminhamentos necessários, elaboração de ofícios, relatórios, realização de visitas sociais, acompanhamento do recreio dirigido, além disso, a assistente social

cotidianamente realiza um diálogo nas salas de aula explicitando às crianças sobre suas atribuições e sobre os direitos de aprendizagens junto com a importância da frequência escolar.

O levantamento de alunos infrequentes é realizado com base no diário online pela ficha individual do professor(a) dos professores, esse acompanhamento é feito semanalmente pela assistente social, que observa as justificativas e realiza as intervenções cabíveis.

A experiência de estágio vivenciada junto à profissional de Serviço Social da escola Ana Azevedo nos propiciou inúmeros aprendizados para a nossa formação profissional, conforme abordaremos a seguir.

4 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA ESCOLA ANA AZEVEDO

A experiência de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social foi vivenciada no período de setembro/2022 a dezembro/2022, e iniciou-se no dia 6 de setembro de 2022, sob supervisão de campo da assistente social da instituição e orientação acadêmica com a docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, conforme estabelecido na resolução CFESS N°533/2008. A inserção das estagiárias⁵ do curso de Serviço Social na escola Ana Azevedo se deu em cumprimento obrigatório de estágio na formação acadêmica para o exercício profissional.

O Estágio obrigatório é primordial para garantir a qualidade profissional do assistente social. Conforme CFESS (2008, p.1):

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio⁶.

Ao longo dessa trajetória, tivemos a oportunidade de observar a relação teoria/prática e perceber que a teoria é indissociável da prática e que, conseqüentemente, há uma relação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-político e técnico-operativa da profissão.

Ao nos depararmos com a dinâmica do cotidiano profissional nesse espaço socioinstitucional, observamos que, além das inúmeras demandas diárias, o Serviço Social no ambiente escolar nos apresenta uma série de desafios e contradições no fazer profissional.

Nosso primeiro contato no campo de estágio obrigatório foi realizado de uma forma acolhedora por toda equipe da instituição, conhecemos a estrutura física, os funcionários, a equipe multidisciplinar e todas as turmas com seus respectivos professores, além disso, tivemos a oportunidade desde o primeiro contato com a assistente social de tirar nossas dúvidas, aprender sobre a atuação na área, como também, a assistente social nos ouvia e estava sempre disposta a debater conosco suas ideias, e assim, de acordo com as demandas, a assistente social foi nos

⁵ A atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica. (CFESS, 2008, p.2).

⁶ Esta definição, se dispõe em conformidade com o que está posto no parecer CNE/CES n° 492/2001, sancionado pelo Ministro de Estado da Educação em 09 de julho de 2001 e consolidada na Resolução que fundamentou a aprovação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.

apresentando todos os seus instrumentos de trabalho utilizados na escola e suprindo todas as nossas curiosidades sobre a atuação profissional, exercendo o seu papel como supervisora de campo com maestria. Dessa forma, no decorrer do período de estágio pudemos participar da realização da escuta qualificada e individual de alunos e seus familiares, visitas domiciliares, encaminhamentos institucionais, acompanhamento da frequência escolar e visitas institucionais, reunião com as famílias e outras atividades.

A primeira atividade realizada no estágio da escola Ana Azevedo foi uma reunião entre os pais dos alunos da escola, a gestora, a psicóloga, a assistente social, a supervisora escolar e as estagiárias. Essa reunião foi feita a partir de um projeto que é oriundo das intervenções da assistente social, chamado “família na escola: uma intervenção necessária”, que aproxima a família da escola. Nesta reunião, a equipe interdisciplinar realizou um momento de fala e escuta das famílias, e foram surgindo outras necessidades relatadas pelos familiares, e a partir disso, pode-se perceber que, no contexto escolar, o Assistente Social tem uma atuação voltada para a realização de programas e projetos que visam ao enfrentamento de demandas diversas que perpassam a realidade social do aluno, da escola, da família e da sociedade.

O profissional deve ser presente no espaço sócio-ocupacional, nas negociações, para estabelecer vínculo com a instituição, o assistente social deve também estimular em seu projeto uma conexão com a população demandatária, com esses aspectos, o assistente social cumpre com preceitos estabelecidos no código de ética da profissão na relação com o usuário, da Resolução CFESS n. 273/1993: “Contribuir para viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” e “[...] democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários”. (CFEES, 1996, p. 29)

Quando iniciamos o estágio estava sendo realizado um projeto com as turmas, o que nos permitiu acompanhar a sua execução. O projeto tratava da eleição dos representantes de sala na escola Ana Azevedo, com o objetivo de contribuir significativamente no exercício da cidadania e da democracia dos alunos, a fim de desenvolver a percepção crítica dos educandos, com a sua integridade e participação, dessa forma, os alunos contribuem na organização social e participação cidadã. Além disso, esse tema tem outros patamares que trazem aos alunos uma reflexão fora do âmbito escolar que os tornam futuros eleitores conscientes e agentes transformadores da sociedade vigente.

Dentre as atividades realizadas no estágio da escola Ana Azevedo, ao longo desse período, realizamos inúmeras visitas domiciliares, e é válido ressaltar que a assistente social é uma profissional que tem como objeto de intervenção os reflexos da questão social⁷, e na escola Ana Azevedo, esses reflexos se manifestam de forma marcante, então, a atuação da assistente social no contexto educacional pode auxiliar na efetivação da democratização da educação e na realização concreta dos direitos de aprendizagem, fortalecendo o acesso da comunidade à escola gratuita, e também, uma participação da comunidade escolar nas decisões da escola, sendo a família, sociedade e comunidade escolar instrumentos de mobilização de garantia de direitos das crianças e adolescentes.

Para conceituar questão social, Iamamoto (2018, p.72) elucida que:

⁷ [...] a “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial. (PASTORINI, 2004, p. 113)

A questão social brasileira, nos contraditórios tempos presentes, assume configurações e expressões que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural — enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho —, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Com base nesse contexto, ao realizar as visitas domiciliares, nos deparamos com diversas situações oriundas das expressões da questão social, que refletem diretamente no aprendizado dos alunos na escola. A assistente social ao fazer o levantamento da frequência escolar dos alunos, consegue a partir disso, ir além do interior da escola e quando conhecemos a realidade das famílias, percebemos a conjuntura frágil e desigual em que vivem.

Para exemplificar podemos destacar uma visita domiciliar que realizamos a uma mãe cadeirante que não tinha como ir à escola. Ao chegar em sua residência nos deparamos com uma situação de extrema vulnerabilidade. Logo, a assistente social realizou o encaminhamento para as instituições competentes da assistência social para esta família ser concedida com cesta básica. Também realizamos visitas às famílias dos alunos que são bastante infrequentes, e ao chegar nas casas, o contexto social, econômico e familiar é de máxima delicadeza. Dentre esses aspectos, podemos abordar uma série de fatores, como o uso de entorpecentes, alcoolismo, prostituição, doenças psicológicas e físicas, fome, falta de transporte e entre outras situações.

Assim, a visita domiciliar é um instrumento que potencializa o conhecimento da realidade pelo assistente social. De acordo com Vale, Souza e Camelo (2020, p.147):

É um instrumento que tem como objetivo conhecer as condições sociais de existência de um usuário e sua família/comunidade. Esse processo de deslocamento do profissional até a residência do usuário representa um rompimento das barreiras institucionais e uma aproximação com a realidade do indivíduo atendido. Exige que o profissional esteja munido por princípios éticos, como o respeito à privacidade e ao sigilo, e despido de juízos valorativos; requer uma valorização da subjetividade e individualidade de cada pessoa visitada, mas sem desconsiderar a totalidade circundante, [...].

É necessário observar como a realidade social se apresenta e renovar a compreensão de que o modo de organização da sociedade e suas contradições refletem nos espaços onde o trabalho se desenvolve. Um elemento importante a ser destacado é a filiação teórica em que é construído o projeto de trabalho. Ao se vincular à teoria crítico-dialética, o assistente social agrega uma visão de mundo que entende as refrações da questão social como consequências intrínsecas do capitalismo e não como um modo de vida que o sujeito escolheu para si e seus familiares.

O assistente social deve ter conhecimento das reais condições de vida dos usuários que frequentam a instituição, estimulando-os a expressarem as suas formas de resistência. Atentar-se também às suas características, quais refrações da questão social estão inseridos e quais os seus modos de vida, para que, desta forma, o assistente social de alguma forma possa romper com práticas que gerem assolamento e submissão, pois, dentre os princípios do Código de Ética, estabelecidos pela Resolução CFESS n. 273/1993: “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração

de classe, etnia e gênero”, bem como o “[...] compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1996).

Além das visitas domiciliares, nas quais podemos explorar uma série de elementos, realizamos intervenções diretamente com as crianças, ao realizar a escuta social, momento em que observamos o contexto familiar e suas implicações dentro da sala de aula, que cotidianamente nos remete a uma série de demandas dentro da instituição. De acordo com as demandas apresentadas, a assistente social realiza os devidos encaminhamentos para outras instituições ou outros profissionais de acordo com a necessidade da criança, e para isso, a escola Ana Azevedo tem um aparato técnico de qualidade, com psicóloga, supervisora escolar, reforço escolar e ainda a instituição pode contar com um forte apoio do conselho tutelar, Centro de Referência da Assistência social (CRAS) e da secretaria de educação.

Conforme Couto (2009, p. 5):

Também é necessário reconhecer as demais intervenções profissionais que compartilham e/ou disputam o espaço com o Serviço Social, buscando compreender a totalidade da proposta de trabalho que se estabelece nesse espaço. A identificação de projetos solidários ou antagônicos que partilham o mesmo espaço faz com que a escolha de estratégias seja mais pertinente. Esse reconhecimento poderá fornecer elementos para a conjugação de esforços, a identificação de parcerias e também de resistências, o que é fundamental para a proposta de intervenção.

Realizamos durante o período de estágio visitas institucionais, conhecemos de perto e ouvimos relatos de famílias de extrema vulnerabilidade que enfrentam cotidianamente a fome, as negligências do aparato estatal, e que afetam diretamente o aprendizado de seus filhos, que chegam até a desmaiar de fome. Ao realizar uma visita institucional e acompanhar de perto a rotina do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da comunidade local, observamos os desafios das famílias, além da distância, o sucateamento da política de assistência social atinge diretamente as classes subalternas, a burocracia no atendimento, pois as demandas são muitas e diversas, ocorrendo até uma seletividade das famílias que estão em situações “piores”.

Nesse contexto o assistente social é de extrema importância, destacando Iamamoto (2001, p. 144), ao referir-se que:

Orientar o trabalho profissional no rumo aludido requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo [...].

É importante salientar que a assistente social realiza as suas intervenções de acordo com as suas atribuições. Além do já citado anteriormente, a assistente social também realiza oficinas temáticas com famílias e alunos para debater temas específicos; organiza confraternizações em datas comemorativas, e realiza o recreio dirigido, executando o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, que toda criança e adolescente tem direito ao lazer.

A assistente social da escola Ana Azevedo realiza um trabalho educativo, explicitando para a comunidade escolar os direitos e deveres das crianças e a importância da frequência escolar. Cotidianamente, ela faz essa intervenção nas salas de aula, pois esse trabalho deve ser realizado de forma contínua para que as crianças saibam da importância de ir à escola todos os

dias, e tenham consciência de seus direitos. Para auxiliar no acompanhamento da frequência escolar dos alunos, a profissional elabora um levantamento para identificar os alunos infrequentes e com baixo rendimento escolar.

Com base nisso, percebemos durante esse período que as maiores demandas observadas são oriundas das infrequências dos alunos, e que a partir dessas infrequências, podemos identificar uma série de questões que favorecem os prejuízos no processo de aprendizagem, nos deparando com contextos sociais bem complexos e desafiantes. Daí a necessidade de projetos que desenvolvam ações que possam consolidar o acesso à informação como direito fundamental de cidadania e como ferramenta complementar ao serviço social nas escolas, com o objetivo de engajar os alunos na busca pela consolidação da cidadania e construção de uma sociedade mais igualitária.

Logo, a escola é um espaço perpassado por problemáticas que marcam essas famílias, sendo também marcado por essas questões. Por isso, torna-se importante não apenas pelo processo educativo que viabiliza no sentido da formação escolar, mas também por permitir o acolhimento de crianças e adolescentes e de suas trajetórias de vida, podendo promover ações que busquem contribuir para o enfrentamento das situações de violações de direito que possam vivenciar.

Assim, enquanto estagiárias do Curso de Serviço Social, apresentamos uma proposta de ação, que foi desenvolvida sob supervisão da Assistente Social da instituição, que surgiu a partir de demandas identificadas, neste caso a necessidade de apresentar para os discentes da Escola Ana Azevedo, de forma didática, os seus direitos de aprendizagem, com o intuito de levar a estas crianças e adolescentes a ampliarem o seu processo de conscientização, para que se tornem cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos e deveres previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto se fez necessário para fortalecer o direito de aprender das crianças e jovens, mesmo que a equipe técnica da escola trabalhe com estagiários para realizar esse trabalho todos os dias, também é necessário trazer a rede de usuários da escola, professores, família, sociedade, administração mais próxima do tema.

Para concluir o estágio supervisionado em Serviço Social na escola Ana Azevedo, realizamos o projeto de intervenção com a intenção de enfatizar para os alunos a importância da frequência escolar para a efetivação do direito da criança e do adolescente à educação, esclarecer os responsáveis sobre as consequências da infrequência escolar das crianças, mobilizar toda a comunidade escolar com divulgação de materiais que socializem e intensifiquem os informativos sobre o referido tema.

A execução do projeto ocorreu no mês de dezembro, no dia 20/12/2022, nos turnos da manhã e da tarde, com as seguintes ações: Distribuição de suculentas para os alunos explicando a proposta; Distribuição de cartazes pela escola enfatizando a importância da frequência escolar; Criação de um vídeo falando a importância da frequência escolar para enviar aos pais e/ou responsáveis dos alunos; Dinâmica com balões com o intuito de trazer uma reflexão sobre a importância da presença escolar dos alunos; Dinâmica com um pote de memórias e uma atividade sócio emocional que permitiu aos alunos lembrar os momentos na escola no ano de 2022, enfatizando que esses momentos só foram possíveis por estarem presentes na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho com o tema, “Contribuições do Serviço Social na Educação - relato da experiência de estágio obrigatório na Escola Ana Azevedo no município de Campina Grande (PB)”, teve o objetivo geral de apresentar a experiência do estágio curricular e a atuação profissional do assistente social na escola Ana Azevedo, ressaltando a importância da intervenção do assistente social para a contribuição da viabilização dos direitos de crianças e adolescentes. Inicialmente trouxemos a reflexão de que ao implementar políticas que tornem a educação mais produtiva, acessível, palatável e pró-capital, a política educacional contribui para garantir uma aprendizagem adequada, independentemente da qualidade ou racionalização da formação.

Além disso, a natureza contraditória da educação exige que aceitemos paradoxalmente que ela é tensão e contradição, ela nos permite reconhecer a necessidade de equilibrar e restaurar a ordem. Portanto, compreender as mudanças históricas nos ajuda a entender melhor o próprio sistema educacional para que possamos entender o processo de fragilização desta política. Com base nisso, as imposições dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais vinculam-se a essas direções coexistentes que marcam a política de educação e exibem o funcionamento contraditório destes espaços, assim como das perspectivas de ampliação dos vínculos relacionados às outras políticas públicas.

A partir desse exposto, ficou nítido que o Serviço Social se constituiu em uma profissão posta na divisão sociotécnica do trabalho e a partir dessa concepção, reiteramos ao longo deste trabalho que a profissão mantém um vínculo com a reprodução das relações de classe e no compromisso com o projeto ético-político. Dessa forma, as alterações ocasionadas na prática profissional ao longo do tempo são consequências da reestruturação produtiva que são persuadidas pelo mercado financeiro, pela lucratividade do sistema capitalista e pelo sucateamento nas políticas públicas. Logo, esses rebatimentos estimulam a fragilização do exercício profissional, em especial nas políticas sociais e no setor público, que majoritariamente, os assistentes sociais estão inseridos.

Devido a isso, os assistentes sociais têm que lidar com muitas dificuldades, isso inclui a falta de financiamento para as políticas públicas, o que os leva a ter recursos e capacidades técnicas limitadas. Eles também têm que lidar com condições de trabalho difíceis e salários baixos. Os usuários são afetados pela desigualdade causada pelo capitalismo. Isso inclui alienação, violência, abandono, pobreza, adoecimento físico e mental, dependência química, prostituição, entre tantas. Logo, é inadequado pensar que esses obstáculos sejam superados perante as circunstâncias atuais de fragilização dos direitos na política de educação. Sendo assim, a intervenção do assistente social é essencial no ambiente escolar, visto que a atuação profissional dirige-se a escuta apurada, ao acesso à informação, ao debate, com base teórico-metodológica e técnico-operativa, o assistente social realiza as suas intervenções no contexto escolar na garantia do acesso, da permanência e da valorização da gestão democrática, por mais que não se possa alterar a estrutura social do sistema educacional, alguns mecanismos foram instalados para enfrentar essas dificuldades.

Nesse contexto, é preciso incitar o protagonismo dos alunos e das famílias na escola, ou seja, auxiliar nas bases para a humanização do mundo determinada pelo processo democrático da educação. Essas ações estão em consonância com o projeto ético político do Serviço Social, e a escola é, portanto, um espaço socioinstitucional adequado para a ação dos assistentes sociais, como também, um espaço ocupacional adequado para o alcance dos objetivos dos assistentes

sociais no âmbito de seus projetos profissionais, especialmente em situações de dificuldade de ensino e aprendizagem, bem como na expressão da origem do problema, que se dispersa nas competências profissionais do professor

Pudemos perceber que o exercício profissional do assistente social no campo educacional é desafiador, entretanto, a assistente social da escola Ana Azevedo, não se distancia em sua atuação do compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, pois esses constituem os elementos principais na compreensão da realidade social e é base de sustentação para o enfrentamento das expressões da questão social na política educacional.

Por meio das atividades realizadas durante o estágio, é válido ressaltar que é no cotidiano da escola que percebemos a importância do trabalho interdisciplinar dos assistentes sociais, pois a atuação prevalece de forma positiva, sabendo que a escola é repleta de reflexos da desigualdade social e dentro desse espaço é comum a fome, dificuldades de aprendizagem, indisciplina, abandono, agressividade, violência verbal ou psicológica, negligência, abuso sexual, infrequência escolar, problemas de saúde, entre outros que devem ser encontrados em um ambiente escolar, a assistente social utiliza instrumentos para sua intervenção, como as fichas de acompanhamento dos alunos que apresentem algum tipo desses elementos citados acima e dos alunos infrequentes, registrando em suas fichas os atendimentos realizados com esses alunos e suas famílias, ela acompanha, faz o atendimento na base da escola atenta com os pais e alunos, as visitas domiciliares e se for necessário, realiza os encaminhamentos para outras instituições ou programas.

Diante dessas observações, a implementação do projeto de intervenção foi realizada com o intuito de colocar em prática o que estava sendo difundido entre os alunos pela assistente social, e com base nas principais demandas apresentadas ao Serviço Social, que eram as infrequências. Então, o projeto teve o objetivo de promover a criticidade dos alunos e a qualificação de cidadãos atuantes na sociedade. Nossa ação foi pautada na abrangência de toda a comunidade acadêmica, e assim, obtivemos os resultados esperados com a participação dos discentes, e conseguimos fazer a devida orientação sobre os direitos das crianças e dos adolescentes de forma satisfatória.

Para concluir, enfatizamos que o estágio na escola Ana Azevedo contribuiu de maneira relevante em nossa formação, permitindo-nos conhecer o trabalho profissional na área, além disso, conseguimos perceber o diferencial dos discentes da escola Ana Azevedo, pois a atuação da assistente social é respaldada de forma contínua e os alunos têm uma criticidade diferenciada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. In: **Revista Inscrita**. N^o 6 CFESS, 2000. p.19-24.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação, 2003. Disponível em: Acesso em: 11 jan. 2023

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação**, 2011. Conselho Federal de Serviço Social, [s. l., Acesso em: 11 jan. 2023.

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social:** bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 79, set. 2004. p. 44

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Luta contra a pobreza 2000/2001. Panorama geral. Washington, DC, 2001. Disponível em: Acesso em: 20 março 2023.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** Fundamentos e história. São Paulo: Cortez, v. 2, p. 25-134, 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3.688/2000. Portal da Câmara dos Deputados.** Brasília, 2000. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1115163&filenam.
 Acesso em: 20/03/2023.

BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Legislação Federal. Comissão de Educação e Cultura. Edições Câmara. Brasília, 2009.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.935, [1]de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm . Acesso em: 20/03/2023

BARROSO FILHO, G. (2000). Universalização da Escola Pública do “Para que?” ao “Quanto?”. **Revista Contexto & Educação**, 59, 07-20. Retrieved from
<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/>

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais. Unidade V. Atribuições privativas e competências do assistente social. Brasília, DF, CFESS, 2009

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS n. 273/1993, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Coletânea de leis revista e ampliada. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 10ª região, 1996.

CFESS. Resolução nº533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio do Serviço Social,** Brasília.

- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação Brasileira: projetos em disputa**. [S. l.: s. n.], 1995.
- ESCOL.AS. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.escol.as/85272-ana-azevedo>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- FLACH, S. F. (2012). Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. **Revista Contexto & Educação**, 87, p. 4-25.
- FOUCAULT, M. (1999). **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todosetc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10/02/2023.
- GOUVÊA, M. C. S. (2007). A escolarização da criança brasileira no século XIX: Apontamentos para uma reescrita. **Revista Educação em Questão**, 28(14), 121-146. Retrieved from <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4467/3658>>.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, R. et al. (orgs.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar., [s. l.], 2013.
- MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Introdução. In: **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania**. [S. l.: s. n.], 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap05/02.htm>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004

ROMANELLI, O. de O. (1978). **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes Ltda.

SANTOS, André Michel dos. O Trabalho Do/a Assistente Social na Educação: um debate necessário na atualidade. *In*: SANTOS, André Michel dos. **Serviço Social na Educação: Um Estudo Das Atribuições Profissionais em Escolas Públicas Municipais**. 2019. TESE (DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [S. l.].

SAVIANI, D. (2005). História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. *In*: J. C. Lombardi, D.Saviani & M. I. Nascimento (Orgs.), **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. (pp. 1029). Campinas: Autores Associados.

SCHNEIDER, Gláucia Martins; HERNANDORENA, Maria do Carmo A. **Serviço Social na educação: perspectivas e possibilidades**. O lugar do Serviço Social na educação, [s. l.], 2012.

SILVA, Geruza Matias da. **O Relato de uma Experiência de Intervenção acerca do Conselho Tutelar na Escola Municipal Ana Azevedo – Campina Grande - PB**. Caracterização do campo de estágio, [s. l.], 2015.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. *In*: **Revista Interface**, Natal, V.2 N. 1., 2005.

VALE, Erlenias Sobral do; SOUZA, Raquel de Brito; CAMELO, Renata Albuquerque. **Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social**. 1. ed. Fortaleza-CE: [s. n.], 2020.

AGRADECIMENTOS

Neste momento sublime gostaria de retratar o intelectual Paulo Freire, que sempre valorizou uma consciência crítica e transformadora, e que tem um diferencial que se exterioriza na educação como uma prática libertadora. Freire sempre buscou ser mais humano e possibilitar que os outros também se tornassem, buscando prevalecer a justiça e a democracia, logo, os seus ensinamentos são uma fonte de inspiração para a construção deste trabalho. Aprender com os seus ensinamentos é compreender que a educação deve ser anti-opressiva e não autoritária.

Ao homenagear o intelectual Paulo Freire, também contemplo todos os educadores que fizeram parte da minha graduação no curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que despertaram minha consciência crítica e colaboraram para que eu saísse da “bolha social” que as classes dominantes impõem na sociedade. Esses educadores ensinaram em suas aulas que educar é ato político, revolucionário, e que o conhecimento é o meio de alcançar a liberdade e promover revoluções e lutas. Agradeço por todas as instruções que despertaram nos meus colegas e em mim um olhar humanizado, capaz de nos fazer perceber que podemos fazer e pensar diferente, vencendo as amarras autoritárias, as desigualdades sociais e os vínculos da opressão. No seguimento da construção desse trabalho de conclusão de curso gostaria de reconhecer e agradecer a ajuda das pessoas que contribuíram imensamente de diversas maneiras, em especial:

A Deus, fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos, me proporcionou saúde, força e determinação para que eu conseguisse enfrentar todos os desafios durante essa trajetória acadêmica.

Aos amigos e familiares, em especial aos meus pais, Josefa Auricélia Barros de Azevedo e Edmilson Mendonça de Azevedo por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho, e que me deram incentivo e coragem para nunca desistir, me incentivando a vencer todos os obstáculos encontrados ao longo da vida. Ao meu namorado, Iago Solon Teixeira de Souza Santos, por todo o apoio que me deu durante toda minha formação acadêmica, sendo compreensivo nas minhas dificuldades e me auxiliando quando necessário da maneira que podia.

Aos professores da universidade do curso de Serviço Social da UEPB, pelas correções e ensinamentos durante o curso, que me permitiram apresentar um melhor desempenho pessoal e de formação profissional ao longo do curso. Em especial às seguintes docentes do curso de Serviço Social: A professora e supervisora acadêmica de estágio obrigatório e orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo, que me acompanhou no estágio, sempre presente e orientando com maestria suas alunas, com paciência, incentivo e profissionalismo, como também nos deu suporte para a elaboração do projeto de intervenção no campo de estágio e em seguida nos orientou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. A minha supervisora de campo de Estágio Obrigatório, Ma. Maria das Graças Cabral, foi um grande privilégio ser sua estagiária, pois foram inúmeros ensinamentos que ela me proporcionou, a qual é um grande exemplo para minha formação pessoal e profissional, que me fez ter segurança na minha futura profissão. Maria das Graças Cabral é uma das assistentes sociais que honra a profissão e nos inspira, com muito orgulho e vontade de ser

um ser humano melhor, pelas suas posturas e virtudes profissionais, sempre com ética e respeitando os valores ensinados na profissão, além disso, pela sua forma humana e carismática de ser, assim como Freire nos ensinou, percebo a semelhança de ambos, uma profissional empática, que não deixa o imediatismo do cotidiano, nem os julgamentos oriundos do conservadorismo presentes na profissão invadir a sua prática profissional.

Não poderia deixar de agradecer também, à Escola Ana Azevedo, que tanto nos acolheu, a todos os profissionais que nela atuam, a todos os alunos, as minhas colegas estagiárias, que juntamente comigo, tiveram a oportunidade de aprender verdadeiramente a essência da profissão, a todas essas pessoas, a minha verdadeira gratidão. À minha primeira professora do curso de Serviço Social na UEPB, e componente da banca examinadora, Dra. Maria Noalda Ramalho, que é um exemplo de assistente social, de professora e de pessoa, que nos primeiros dias de aulas na UEPB, inspirou a todos os seus alunos a prosseguir no curso, com a sua postura profissional e encanto pela profissão nos deu ânimo naqueles primeiros momentos de muitas incertezas. E hoje, é uma honra tê-la nessa banca, e lembrar do começo dessa trajetória, onde muitas pessoas me motivaram a trancar o curso, e Dra. Maria Noalda Ramalho, mesmo sem saber, em suas aulas, demonstrava o amor pela profissão e nos dava forças de continuar.